ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. DE PONTE BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 322 DE 17 DE JUNHO DE 2.004.

Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício financeiro de 2.005 e dá outras providências.

JURANI MARTINS DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA E SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2.005 abrangerá os Poderes, Legislativo, Executivo e seus Fundos, Entidades na Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município para 2005, será elaborado com estrita observância às diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Ponte Branca e à legislação vigente, em especial à Lei n.º 4.320/64 e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

a) Orçamento Fiscal;
b) Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º - A proposta orçamentária para 2005 conterá metas e prioridades da Administração, estabelecidas no Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único – As metas e prioridades fixadas no Anexo de que trata este artigo terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2005, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4 º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

a) - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300 Ponte Branca – MT Cep 78.610-000
Fone/Fax 66 466 1252 – 1201 E-mail: pmpontebranca@amm.gov.br

b) - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) - Projeto , um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

§ 1° - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° - As atividades e projetos serão desdobrados exclusivamente para especificar a localização das respectivas ações, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação da ação.

Art. 5° - Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplicar o limitador de empenho, previsto no artigo 9° da Lei Complementar 101/2.000, tomando-se por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período do ano anterior.

Art. 6 ° - O Poder Legislativo encaminhara sua proposta orçamentária para 2.005, observadas as determinações contidas nesta Lei, até o dia 31 de julho de 2.004 para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

Art. 7° - Os valores da Receita e da Despesa serão orçados com base na estimativa da arrecadação de 2004, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária, não superior à dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de julho de 2.004.

Art. 8° - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;

III - de transferência por força de mandamento constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todas as esferas de governo, nacional ou internacional;

IV - de empréstimo tomados por antecipação da receita, autorizados por Lei;

V - de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei específica, vinculada a obras e/ou serviços públicos;

VI - de transferências do FUNDEF, de acordo com o art. 2° da Lei n°9424/96;

VII – doações do setor privado destinado aos programas de incentivo cultural e outros.

Art. 9° - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

a) – a Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1° do artigo 167 da Constituição;

b) – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização Legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros ou orçamentários;

c) – as despesas com o pagamento da Dívida Pública, Encargos Sociais, de salários e Restos a Pagar, terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 10° - As unidades orçamentárias não poderão ter consignado novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e a seu cargo.

Parágrafo Único – Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 11 – É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

§ Único - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de Lei especial.

Art. 12 - Para efeito da ressalva de que trata o artigo 16, § 3°, da Lei Complementar n.° 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 13 – No exercício de 2005, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:

a) - haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

b) - não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

c) - não possibilitem seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;

d) - não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 14 - Atingido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, aplicar o disposto nos artigos 22 e 23 do mesmo instrumento legal.

Art. 15 – Até 31 de outubro de 2.004 o Executivo poderá submeter ao Legislativo propostas de Alteração da Legislação tributária, que objetivem propiciar condições para o cumprimento de metas bimestrais de arrecadação, a serem implementadas na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101/2000.

I – revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;
II – revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;
III – imposto sobre Transmissão inter vivos;
IV – revisão das alíquotas do Imposto sobre os Serviços de qualquer Natureza;
V – revisão das alíquotas do IPTU.

Art. 16 – É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de qualquer recurso do Município para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, salvo os autorizados mediante convênio, acordo ou ajuste, em andamento, de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 17 – As prioridades estabelecidas no Anexo I à presente Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual e estejam compatíveis com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

Art. 18 – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

a)– estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

b) - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 19 – Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de redutor equivalente ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado, considerada a receita acumulada do exercício, sobre o total dos créditos aprovados de cada Poder.

§ 1° - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal n°101/2000.

§ 2° - Quando a queda na arrecadação se der dentre as receitas oriundas do FUNDEF ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

§ 3° - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 4° - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às relações efetivadas, por ato de cada Poder.

Art. 20 – Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar n°101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitar o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.

Art. 21 - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade, que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:

§ 1° - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;

§ 2° - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, Obedecer a Limites e Condições no que tange a:

I- Renúncia de Receita;
III- Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;
IIII- Dívidas Consolidada e Mobiliária;
IV- Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARO;
V- Concessão de Garantia:
VII- Inscrição em Restos a Pagar.

Art. 22 – Para possibilitar o atendimento das metas e prioridade fixadas no Anexo 1 ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a proceder aberturas de créditos adicionais, no orçamento de 2.005, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa orçamentária fixada, podendo transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria econômica de programação para outra ou de uma unidade para outra, considerando-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da Lei nº 4320/64.

Art. 23 – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

a) – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária;

b) – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

§ 1º. A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou notificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º. Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica:

a) – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao desses respectivos custos de cobrança.

Art. 24 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2005, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no Artigo 20, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Art. 25 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta Lei.

§ 1° - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustadas à proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

§ 2° – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

Art. 26 - No Orçamento Anual do Município constarão obrigatoriamente:

I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;
II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;
III - recursos destinados à cobertura de Precatória do Poder Judiciário, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;
IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;
V - recursos destinados à capacitação, treinamento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e reciclagem profissional dos servidores públicos, visando a qualidade e a produtividade dos serviços;
VI - 25 % (vinte e cinco por cento), no mínimo da Receita resultante de impostos e de transferências correntes constitucionais, para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme art. 69, da Lei Federal 9394/96.
VII - recursos destinados à manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme art. 2° da Lei Federal n° 9424/96;
VIII - recursos destinados à manutenção dos demais fundos previstos na estrutura administrativa e orçamentária para o exercício de 2005;
IX – recursos destinados a autarquias.
X – recursos destinados a manutenção das ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional n.° 29, de 13/09/2000

Art. 27 – No orçamento da Seguridade Social, a receita e a Despesa serão desdobradas na forma do Anexo II, da Lei Federal n.° 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 28 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 29 – As alterações orçamentárias que não impliquem em mudanças de categoria econômica de despesas, serão autorizadas pelo Executivo, mediante decreto aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesas.

Art. 30 – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesas.

Art. 31 – Ao projeto de Lei Orçamentária somente não poderão ser apresentadas emendas quando anulem o valor de dotações orçamentárias:
I. – à conta de:
a. recursos vinculados;

b. recursos próprios de entidades da administração indireta; ou

II. – relativas a:
a) dotação para pessoal e seus encargos;
b) serviços da dívida;
c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos de transferências do Estado e da União e de financiamentos.

Art. 32 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2005, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

§ 1° - Caso seja necessário à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos locados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2° - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para o empenho e movimentação financeira.

§ 3° - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que o respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 33 - O Projeto de Lei Orçamentária deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 34 - A LOA - Lei Orçamentária Anual não conterá Dispositivo Estranho:

I- À previsão da Receita;

III- À fixação da Despesa.

Parágrafo Único - Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos Suplementares e contratação de Operações de Crédito, ainda que por ARO - Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

Art. 35 - O projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 36 - As Emendas ao Projeto de LOA - Lei do Orçamento Anual ou aos Projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

II- Sejam Compatíveis com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III- Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, os provenientes, de Anulação de Despesas, excluídas, as que incidam sobre:

a) Dotações, para Pessoal e seus Encargos;
b) Serviço da Dívida;

II- Sejam Relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;
b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 37 - A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem Implementadas as Medidas de Compensação.

Art. 38 - O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 8% (oito por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício financeiro de 2004.

Art. 39 – O Poder Executivo enviará até o dia 10/10/2.004 o Projeto de Lei de Orçamento Anual ao Poder Legislativo, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 40 – Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar n.º 101/00.

§ 1º - É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de desembolso.

§ 2º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do artigo 52, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - O Relatório da Gestão Fiscal, será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º - Até o final dos meses de julho de 2005 e de janeiro de 2006, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 41 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o Parágrafo 3º do art. 182 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 42 – Na hipótese de até 31 de dezembro de 2004, o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2005 não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – No montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da divida.

II – 1/12 (um dose avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 43 – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência até o valor de 6%(seis por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2004, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além da abertura de Créditos Adicionais.

Art. 44 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultado.

Art 45 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde e de saneamento.

Art. 46 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2005 não conterá recursos para realização de transferências voluntárias, em conformidade com o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, impossibilitando o Município de proceder a entrega, a qualquer título, de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação.

Art. 47 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nos termos do art. 26 da Lei Complementar n.º 101/00.

Art. 48 – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 49 – Revogam-se às disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, aos 17 dias do mês de junho de 2004.

JURANI MARTINS DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2.005

UNIDADE RESPONSÁVEL: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PROGRAMA: 1010 – Processo Legislativo

OBJETIVO: Dar cumprimento as funções básicas do Poder Legislativo, legislando e fiscalizando com transparência e sempre em defesa dos interesses do Município e do contribuinte.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Equipamentos e Material Permanente	P	01 e 031				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005		5.000
- Conservação e Manutenção do Prédio	A	01 e 031				- Prédio conservado	- Un.	2005		5.000
- Manutenção das Atividades da Câmara	A	01 e 031				- Câmara mantida	- Un.	2005		96.000
- Aquisição de Veículos	P	01 e 031				- Veículo adquirido	- Un.	2005		22.000
- Manutenção do Gabinete	A	01 e 031				- Gabinete mantido	- Un.	2005		72.000
									TOTAL NO PROGRAMA	200.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 2010 – Administração Superior

OBJETIVO: Melhorar e ampliar os serviços públicos e as ações planejadas, praticando o princípio da transparência e controle dos atos da administração.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300 Ponte Branca – MT Cep 78.610-000
Fone/Fax 66 466 1252 – 1201 E-mail: pmpontebranca@amm.gov.br

- Aquisição de Equipamentos OK	P	04 e 122				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	04	5.000
- Manutenção do Gabinete do Prefeito OK	A	04 e 122				- Gabinete mantido	- Un.	2005		120.000
TOTAL NO PROGRAMA										125.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3010 – Administração e Planejamento

OBJETIVO: Modernizar os serviços prestados agilizando- os para assegurar maior grau de confiança nos dados.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Aquisição de Móveis e Equipamentos	P	04 e 122	OK			- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	06	6.000
- Desapropriação e aquisição de imóveis	P	04 e 122	OK			- Imóvel desapropriado e adquirido	- m²	2005	5.000	6.000
- Pagamentos de Precatórios	A	04 e 122	OK			- Processos pagos	- Un.	2005	04	9.000
								TOTAL NO PROGRAMA		21.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3020 – Representação Jurídica do Município

OBJETIVO: Representar o Município Judicial e Extra- judicialmente e interpretar os atos normativos, unificando a Jurisprudência.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Umidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Consultoria e assessoramento Jurídico do Município	A	03 e 092	OK					2005		36.000

TOTAL NO PROGRAMA	36.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3030 – Gestão do Sistema de Administração

OBJETIVO: Dotar a administração de uma estrutura moderna e eficiente na prestação dos serviços administrativos prestados a coletividade, aprimorando a racionalização dos serviços administrativos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção das Atividades da Secretaria	A	04 e 122	OK			- Secretaria atendida	- Un.	2005		180.000
									TOTAL NO PROGRAMA	180.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3040 - CONTROLE FINANCEIRO

OBJETIVO: Incrementar a arrecadação visando o equilíbrio das contas do Município e a melhoria dos serviços prestados a população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Contribuição do PASEP	A	09 e 331	OK			- Servidor beneficiado	- Un.	2005		20.000
- Indenizações e Restituições	A	04 e 123	OK					2005		6.000
- Encargos com A. M. M.	A	04 e 124	OK					2005		9.000
TOTAL NO PROGRAMA										35.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3050 – Encargos Especiais

OBJETIVO: Honrar os compromissos assumidos com os agentes financeiros e outros credores de longo prazo.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Amortização e Encargos com a Dívida Pública do Município	A	28 e 843	OK			- Divida amortizada	- Un.	2005	6%	90.000
TOTAL NO PROGRAMA										90.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3060 – Saneamento Básico

OBJETIVO: Prover o saneamento básico no município para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de situações que oferecem riscos iminentes ao aparecimento de doenças.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Ampliação de Obras de Abastecimento de Água e Esgoto OK	P	17 e 512	- Taxa de domicílios atendidos	90%	100%	- Rede ampliada	- ml	2005	1.000	20.000
TOTAL NO PROGRAMA										20.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 3070 – Abastecimento de Água

OBJETIVO: Garantir o abastecimento de água de boa qualidade a toda população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Conservação do Sistema de Água MANUTENSÃO OK	A	04 e 122				- Sistema conservado	- ml	2005	5.000	15.000
- Manutenção do Sistema de Água OK	A	04 e 122				- Sistema mantido	- Un.	2005		27.000
- Aquisição de Máquinas e Equipamentos OK	P	04 e 122				- Máquinas e Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	10	5.000

TOTAL NO PROGRAMA	47.000

IDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4020 – Cidade Bonita

OBJETIVO: Manter e melhorar o aspecto físico e visual da cidade, oferecendo melhores condições de vida à população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Ampliação do Sistema de Iluminação Pública OK	P	5 e 752	- Taxa de consumidores atendidos	90%	95%	- Rede ampliada	- ml	2005	2.100	9.000
- Conservação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública OK	A	15 e 751				- Rede conservada e mantida	- ml	2005	2.500	12.000
- Conservação e Manutenção de Praças, parques e jardins OK	A	15 e 452				- Praças conservadas e mantidas	- m²	2005	21.000	9.000
- Construção e ampliação de Praças, parques e jardins OK	P	15 e 451	- Taxa da população beneficiada	50%	70%	- Praças construídas	- m²	2005	5.000	18.000
TOTAL NO PROGRAMA										48.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4030 – Malha Viária Urbana

OBJETIVO: Garantir a trafegabilidade dos veículos durante todo o ano com total segurança aos motoristas e pedestres.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Pavimentação das Vias Públicas OK	P	15 e 451	- Taxa da área pavimentada	50%	70%	- Ruas e avenidas pavimentadas	- m²	2005	7.000	180.000
- Conservação de Vias Públicas OK	A	15 e 452				- Ruas e avenidas conservadas	- m²	2005	10.500	21.000

TOTAL NO PROGRAMA											201.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES											
PROGRAMA: 4040 – Malha Viária Rural											
OBJETIVO: Permitir o escoamento da produção rural durante todo o ano e proporcionar tráfego seguro aos usuários da malha viária rural.											
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Umidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)	
			Descrição	Recente	Desejado						
- Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários OK	P	26 e 782				- Máquinas Adquiridas	- Un.	2005	10	45.000	
- Construção e Melhoramentos de Estradas Vicinais OK	P	26 e 782	- Extensão de estradas construídas	85%	95%	- Estradas construídas	- Km	2005	14	60.000	
- Construção e Implantação de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares OK	P	26 e 782	- Extensão de pontes e bueiros construídos	85%	95%	- Pontes e bueiros construídos	- ml	2005	60	60.000	
- Conservação e Manutenção de Pontes e Bueiros OK	A	26 e 782				- Pontes conservados e mantidas	- Ml.	2005	120	30.000	
- Conservação, Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais OK	A	26 e 782				- Estradas conservadas e mantidas	- Km.	2005	190	30.000	
TOTAL NO PROGRAMA											225.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES											
PROGRAMA: 4050 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana											
OBJETIVO: Melhorar e ampliar a oferta de serviços públicos prestados a população, buscando cada vez mais a qualidade dos serviços.											
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)	
			Descrição	Recente	Desejado						
- Aquisição de Equipamentos OK	P	04 e				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	02	9.000	

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300 Ponte Branca – MT Cep 78.610-000
Fone/Fax 66 466 1252 – 1201 E-mail: pmpontebranca@amm.gov.br

		122								
- Manutenção das Atividades da Secretaria OK	A	04 e 122				- Secretaria mantida	- Un.	2005		210.000
- Reforma e Ampliação do Paço Municipal OK	P A	04 e 122				- Paço reformado e ampliado	- m²	2005	300	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										222.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

PROGRAMA: 5010 – Desenvolvimento Agrícola e Pecuária

OBJETIVO: Fortalecer a agricultura e pecuária do município, promovendo sua inserção competitiva nos mercados consumidores e melhorando a qualidade de vida da população envolvida através da produção e renda.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Incentivos a Produção Agrícola OK	A	20 e 601				- Micro - produtores assistidos	- Un.	2005	13	30.000
- Implantação de Eletrificação Rural OK	P	20 e 752	- Produtores beneficiados	80%	90%	- Rede implantada	- Km	2005	08	18.000
- Manutenção das Atividades da Secretária OK	A	20 e 606				- Secretaria mantida	- Un.	2005		42.000
- Construção do Centro de Abastecimento FEIRA LIVRE OK	P	20 e 605	- Índice de redução nos preços	Em apuração	15%	- Centro de abastecimento construído	- m²	2005	600	20.000
- Incentivos à Psicultura OK	A	20 e 602				-	- Un.	2005	01	12.000
- Aquisição de Máquinas e Equipamentos		20				- Equipamentos	- Un.	2005	10	10.000

OK	P	e 606				adquiridos				
TOTAL NO PROGRAMA										132.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO										
PROGRAMA: 5020 – Desenvolvimento do Turismo										
OBJETIVO: Promover o desenvolvimento do Turismo sustentável local, atuando junto aos seguimentos da sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros.										
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção as Atividades do Turismo OK	A	23 e 695				- Turismo mantido	- Un.	2005		12.000
- Melhorias na Infra-Estrutura do Turismo OK	P	23 e 695	Incremento no turismo	- Em apuração	80%	- Infra-Estrutura melhorada	- m²	2005	500	24.000
TOTAL NO PROGRAMA										36.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO										
PROGRAMA: 5030 – Preservação do Meio Ambiente										
OBJETIVO: Preservar e promover a qualidade do meio ambiente, aprimorando o monitoramento e o controle ambiental.										
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Recuperação de Áreas Degradadas OK	P	18 e 541				- Áreas recuperadas	- m²	2005	9.000	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										12.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA										
PROGRAMA: 6010 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental										
OBJETIVO: Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino Fundamental.										
Descrição da Ação	Tipo	Função/	Indicadores			Produto	Unidade	Ano	Metas	Valores

		Sub- função	Descrição	Recente	Desejado	(Bem ou Serviço)	Medida		Físicas	(R$ 1,00)
- Construção e Ampliação de Unidades Escolares	P	12 e 361	- Redução do nº de crianças fora da escola	6%	1%	- Escolas construídas e ampliadas	- m²	2005	100	30.000
- Manutenção do FUNDEF	A	12 e 361				- Alunos beneficiados	- Un.	2005		210.000
- Manutenção do Ensino Fundamental	A	12 e 361				- Alunos beneficiados	- Un.	2005	420	150.000
- Programa de Incentivo a Educação	A	12 e 361				- Crianças atendidas	- Un.	2005	70	21.000
- Reforma e Manutenção de Unidades Escolares	A	12 e 361				- Escolas reformadas e mantidas	- m²	2005	240	18.000
TOTAL NO PROGRAMA										429.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: 6020 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil

OBJETIVO: Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o desenvolvimento social, físico e intelectual.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Construção e Ampliação de Unidades do Ensino Infantil	P	12 e 365	- % de alunos matriculados	95%	100%	- Escolas construídas e ampliadas	- m²	2005	75	30.000
- Construção e Ampliação de Creches	P A	12 e 365	- Nº de crianças atendidas	80	150	- Creche construída e ampliada	- m²	2005	180	24.000
- Aquisição de Equipamentos	P	12 e				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	18	9.000

		365								
- Manutenção da Educação Infantil OK	A	12 e 365				- Alunos beneficiados	- Un.	2005	210	60.000
- Reforma e Manutenção de Unidades do Ensino Infantil OK	A	12 e 365				- Escolas reformadas e mantidas	- m²	2005		12.000
- Reforma e Manutenção de Creches	A	12 e 365				- Creches mantidas	- m²	2005	100	9.000
TOTAL NO PROGRAMA										144.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO										
PROGRAMA: 6030 – Apoio Educacional										
OBJETIVO: Promover os órgãos do sistema educacional com as ações complementares para o êxito dos programas finalísticos da educação.										
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção do Transporte Escolar OK	A	12 e 361				- Alunos Transportados	- Un.	2005	24.000	90.000
- Apoio ao Ensino Superior OK	A	12 e 364				- Alunos beneficiados	- Un.	2005	80	15.000
- Aquisição de Veículos para Transporte Escolar OK	P	12 e 361	- Taxa de alunos transportados	20%	5%	- Veículo adquiridos	- Un.	2005	01	30.000
- Programa Dinheiro Direto na Escola OK	A P	12 e 361				- Escolas beneficiadas		2005	03	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										147.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA										
PROGRAMA: 6040 – Gestão do Sistema de Educação										

OBJETIVO: Promover o processo de planejamento e gestão do sistema de educação do Município, provendo as unidades da Secretária com os meios administrativos para implementação dos programas finalísticos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Contribuição do PASEP	A	12 e 331				- Servidor beneficiado	- Un.	2005		6.000
- Aquisição de Equipamentos para o Ensino Fundamental	A	12 e 361				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	40	12.000
- Programa do Salário Educação	P	12 e 361				- Alunos transportados	- Un.	2005	150	9.000
- Construção do Centro de Informática	P	12 e 363	- Melhoria na qualidade profissional do aluno	65%	90%	- Centro de informação construído	- m²	2005	100	10.000
- Programa Nacional de Alimentação Escolar	A	12 e 306	- % de alunos da rede de ensino beneficiados	90%	100%	Alunos beneficiados	- Un.	2005	420	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										52.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDECUÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: 6050 – Difusão Cultural

OBJETIVO: Promover e incentivar a produção e difusão cultural, assim como resgatar e consolidar a identidade cultural do Município.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Realizações alusivas as datas comemorativas e eventos	A	13 e 392				- Datas comemoradas	- Un.	2005	04	24.000
- Incentivos a Cultura		13				- Cultura	- Un.	2005		12.000

	A	e 392				incentivada				
TOTAL NO PROGRAMA										36.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCUÇÃO E CULTURA										
PROGRAMA: 6060 – Livro Aberto										
OBJETIVO: Promover o desenvolvimento Cultural e Social da população estudantil, oferecendo meios de pesquisa, facilitando o acesso a biblioteca pública.										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Aquisição de Equipamentos	P	13 e 392				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	15	5.000
- Manutenção da Biblioteca Municipal	A	13 e 392				- Biblioteca mantida	- m²	2005	80%	9.000
TOTAL NO PROGRAMA										14.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										
PROGRAMA: 7010 – Atenção Básica a Saúde										
OBJETIVO: Promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços médicos de atenção de saúde.										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde	P	10 e 301	- % da população carente atendida	80%	95%	- Unidades básicas construída e ampliada	- m²	2005	50	21.000
- Reforma e Manutenção de Unidades Básicas de Saúde	A	10 e 301				- Unidade básica reformada e mantida	- m²	2005	30	9.000
- Programa de Atenção Básica – PAB fixo	A P	10 e 301				- População carente beneficiada	- Un.	2005	1.600	96.000

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300 Ponte Branca – MT Cep 78.610-000
Fone/Fax 66 466 1252 – 1201 E-mail: pmpontebranca@amm.gov.br

- Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS OK	A	10 e 301				- População carente beneficiada	- Un.	2005	540	30.000
TOTAL NO PROGRAMA										156.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										
PROGRAMA: 7020 – Saúde da Família										
OBJETIVO: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde utilizando equipes de saúde da família, como eixo estruturante.										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Programa Saúde da Família – PSF OK	A	10 e 301	- Redução do índice de incidência de doenças	12%	6%	- Famílias carentes atendidas	- Un.	2005	2.600	96.000
- Programa Saúde Bucal OK	A	10 e 301				- População carente atendida	- Un.	2005	660	21.000
- Aquisição de Móveis e Equipamentos OK	P	10 e 301				- Equipamentos adquiridos		2005	15	9.000
TOTAL NO PROGRAMA										126.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										
PROGRAMA: 7030 – Assistência Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar										
OBJETIVO: Promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergênciais e hospitalares nos Postos de Saúde e Hospitais localizados no Município.										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Aquisição de Equipamentos Ambulatoriais e Hospitalares OK	P	10 e 302	- Melhoria qualidade dos serviços prestados	70%	90%	- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	20	10.000
TOTAL NO PROGRAMA										10.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										

PROGRAMA: 7040 – Vigilância Sanitária

OBJETIVO: Garantir a qualidade dos produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária ofertados.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Atenção e Controle da VISA OK	A	10 e 304	- Taxa de estabelecimentos inspecionados	70%	95%	- Programa atendido	- Un.	2005		12.000
- Aquisição de Equipamentos OK	P	10 e 304				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	05	3.000
TOTAL NO PROGRAMA										15.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7050 – Vigilância Epidemológica

OBJETIVO: Ampliar as ações que proporcionem o conhecimento, a detecção ou prevenção para combater e controlar surtos, epidemias e agravos inusitados.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Preservação e Combate a Doenças Epidemológicas - ECD OK	A	10 e 305	- Redução do índice de doenças epidemológicas	8%	3%	- Programa atendido	- Un.	2005		24.000
- Aquisição de Equipamentos OK	P	10 e 305				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	06	3.000
TOTAL NO PROGRAMA										27.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7060 – Assistência Farmacêutica

OBJETIVO: Garantir o acesso da população carente aos medicamentos e elevar a disponibilidade de medicamentos genéricos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/	Indicadores	Produto	Unidade	Ano	Metas	Valores

		Sub- função	Descrição	Recente	Desejado	(Bem ou Serviço)	Medida		Físicas	(R$ 1,00)
- Aquisição e Distribuição de Medicamentos OK	A	10 e 303	- Índice da população carente beneficiada	60%	90%	- População carente beneficiada	- Un.	2005	840	42.000
- Atenção a Farmácia Básica OK	A	10 e 303	População carente beneficiada	60%	90%	- População carente beneficiada	- Un.	2005	900	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										54.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7070 – Gestão do Sistema de Saúde

OBJETIVO: Controlar de forma mais eficiente a prestação de serviço tanto da rede pública quanto da rede privada prestadora dos serviços contratados, visando maior eficiência e agilidade no sistema.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde OK	A	10 e 302				- Pessoas atendidas	- Un.	2005	150	18.000
- Tratamento Fora do Domicílio OK	A	10 e 302				- Pacientes atendidos	- Un.	2005	70	9.000
- Aquisição de Equipamentos OK	P	10 e 122				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	20	15.000
- Manutenção das Atividades da Secretaria OK	A	10 e 122				- Secretaria mantida	- Un.	2005		18.000
- Contribuição e PASEP OK	A	10 e 331				- Servidor beneficiado	- Un.	2005		9.000
- Manutenção das Atividades do Fundo OK		10				- Fundo mantido	- Un.	2005		150.000

	A	e 122								
TOTAL NO PROGRAMA										219.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8010 – Atenção a Criança e ao Adolescente

OBJETIVO: Assegurar o atendimento integral a crianças carentes e em situações de riscos sociais, dando apoio nutricional através das creches municipais e centro de recuperação.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção do Conselho Tutelar do Menor e Adolescente OK	A	08 e 243				- Crianças e jovens atendidos	- Un	2005	220	24.000
- Programa de Atendimento a Crianças OK	A	08 e 243				- Crianças carentes atendidas	- Un.	2005	80	18.000
- Execução do Programa PETI OK	A	08 e 243				- Programa atendido	- Un.	2005		12.000
TOTAL NO PROGRAMA										54.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8020 – Atenção ao Trabalhador

OBJETIVO: Aumentar e melhorar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e sub- emprego, elevando a produtividade e a renda.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Construção e Manutenção do Centro de Múltiplo Uso OK	P A	08 e 244	- Taxa da população carente beneficiada	- Não há	60%	- Centro construído	- m²	2005		18.000
- Cursos de Capacitação ~~Profissional~~		08				- População	- Un.	2005	75	18.000

OK	A	e 363				carente beneficiada				
- Contribuição ao PASEP OK	A	08 e 331				- Servidor beneficiado	- Un.	2005		6.000
TOTAL NO PROGRAMA										42.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8030 – Atenção ao Idoso

OBJETIVO: Assegurar condições iguais de vida a idosos, proporcionando-lhes ajuda financeira e/ou acolhimento em Centro de Convivência e lar dos Idosos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Construção do Centro de Convivência do Idoso OK	P	08 e 241	- Idosos beneficiados	20	50		- m²	2005	120	30.000
TOTAL NO PROGRAMA										30.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8040 – Enfrentamento a Pobreza

OBJETIVO: Erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais nos termos dos art. 3º, III e 23, X, da Constituição Federal.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Auxilio a Desvalidos e Indigentes OK	A	08 e 244	- Redução da carência alimentar	12%	5%	- População carente atendida	- Un.	2005	270	8.000
- Aquisição de Material para Distribuição Gratuita OK	A	08 e 244				- População carente atendida	- Un.	2005	400	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										20.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8050 – Gestão do Sistema de Assistência Social

OBJETIVO: Estimular e apoiar as ações que visem preservar a integridade da pessoa humana através dos diversos órgãos governamentais e não governamentais visando a melhoria de vida da população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Aquisição de Equipamentos OK	P	08 e 244				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	09	6.000
- Manutenção das Atividades da Secretaria OK	A	08 e 244				- Secretaria mantida	- Un.	2005		24.000
- Construção da Casa de Apoio à Mulher ~~Vitima de Violência~~ e criança vítima de violência OK	P	08 e 244					- m²	2005	60	10.000
- Manutenção das Atividades do Fundo OK	A	08 e 244				- Fundo mantido	- Un.	2005		72.000
TOTAL NO PROGRAMA										112.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8060 – Morar Melhor

OBJETIVO: Criar condições de melhoria de moradia para as famílias carentes e reduzir ocupações clandestinas e irregulares de áreas públicas e reduzir o déficit habitacional.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Construção de Unidades Habitacionais OK	P	16 e 482	- Redução do déficit habitacional	15%	0%	- Casas construídas	- Un.	2005	10	110.000
- Aquisição de Cestas para Construção de Casas Populares OK	P	16 e 482	- Redução do índice de famílias sem moradias	15%	0%	- Cestas adquiridas	- Un.	2005	10	210.000

TOTAL NO PROGRAMA	320.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

PROGRAMA: 9010 – Desenvolvimento do Esporte

OBJETIVO: Desenvolver o espírito de competitividade e a integração as diversas comunidades, descobrir novos talentos e afastar os jovens das drogas.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Construção e ampliação de Quadras, Praças Esportivas e Mini Campos	P	27 e 812	- Taxa da população beneficiada	60%	90%	- Quadras, Praças e mini- campos construídos	- m²	2005	2.100	18.000
- Conservação e Reforma de Unidades Esportivas	A	27 e 812				- Unidades Esportivas conservadas e reformadas	- m²	2005	2.400	12.000
TOTAL NO PROGRAMA										30.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

PROGRAMA: 9020 – Gestão do Sistema de Desporto e Lazer

OBJETIVO: Contribuir para isenção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania por meio de ampliação da prática esportiva e do lazer diminuindo a situação de exclusão e risco do jovem na faixa etária até 18 anos pela intensificação da prática esportiva.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Imdicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção das Atividades da Coordenadoria	A	04 e 122				- Secretaria mantida	- Un.	2005		24.000
- Aquisição de Equipamentos	P	04 e 122				- Equipamentos adquiridos	- Un.	2005	09	3.000
- Implantação de área de Lazer	P	27 e 813					- m²	2005	1000	20.000
- Incentivo ao Esporte amador		27				- Atletas	- Un.	2005	60	3.000

	A	e 812				beneficiados				
TOTAL NO PROGRAMA										50.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENADORIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA										
PROGRAMA: 9.100 – Cidade Limpa										
OBJETIVO: Manter a cidade limpa, alcançando padrões aceitáveis de higiene e limpeza										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Reciclagem do Lixo OK	P	18 e 542					- Un.	2005		12.000
- Limpeza, coleta e destinação do lixo OK	A	15 e 452				- Lixo coletado	- Ton.	2005	2.500	24.000
TOTAL NO PROGRAMA										36.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO										
PROGRAMA: 9.200 – Controle Tributário										
OBJETIVO: Incrementar a arrecadação visando o equilíbrio das contas públicas.										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Manutenção dos Serviços de Tributação e Fiscalização OK	A	04 e 122						2005		30.000
TOTAL NO PROGRAMA										30.000
UNIDADE RESPONSÁVEL: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PONTE BRANCA – IMPBRAN										
PROGRAMA: 9300 – Gestão do Sistema Previdenciário										
OBJETIVO: Proporcionar meios para que cada servidor tenha futuro garantido através da aposentadoria.										

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Aquisição de Equipamentos OK		04				- Equipamentos	- Ml.	2005		3.000

	P	e 122				adquiridos				
- Manutenção do Setor Administrativo OK	A	04 e 122				- Setor Adm. mantido	- Un.	2005		18.000
- Manutenção do Setor Previdenciário OK	A	09 e 272				- Setor Previdenciário mantido	- Un.	2005		18.000
TOTAL NO PROGRAMA										39.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

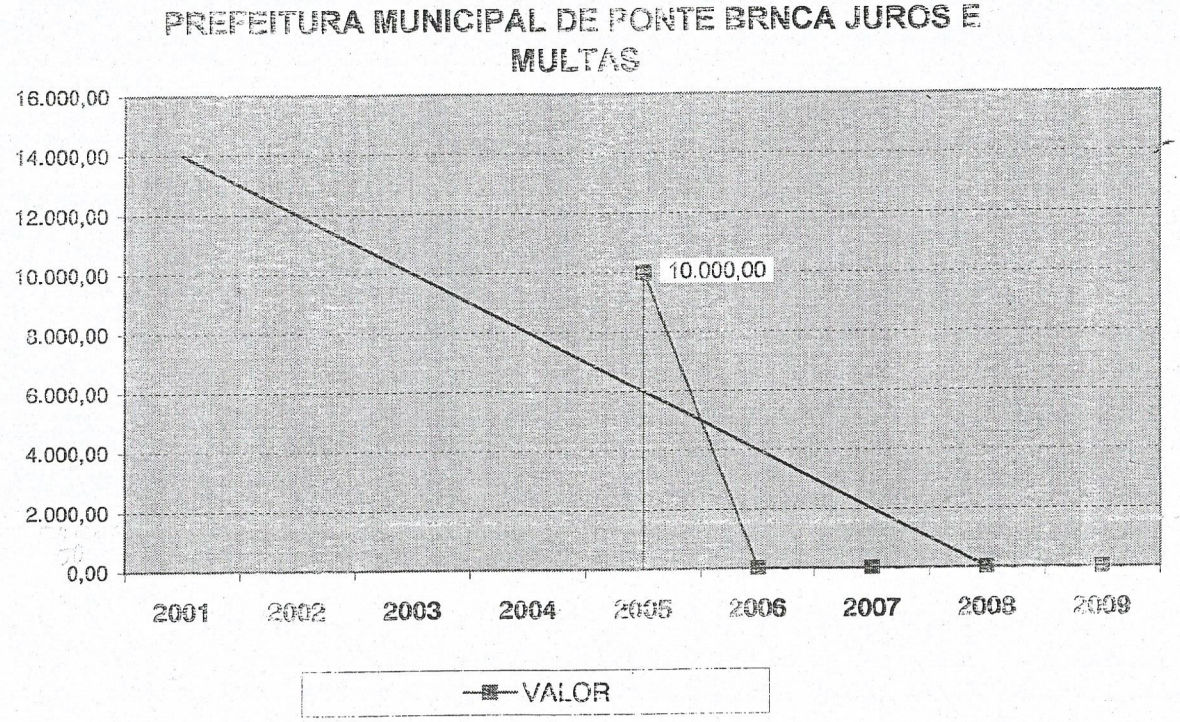
PROGRAMA: 9400 – Reserva de Contingência

OBJETIVO: Destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos è eventos fiscais imprevistos, além de fontes de recursos para abertura de Créditos Adicionais.

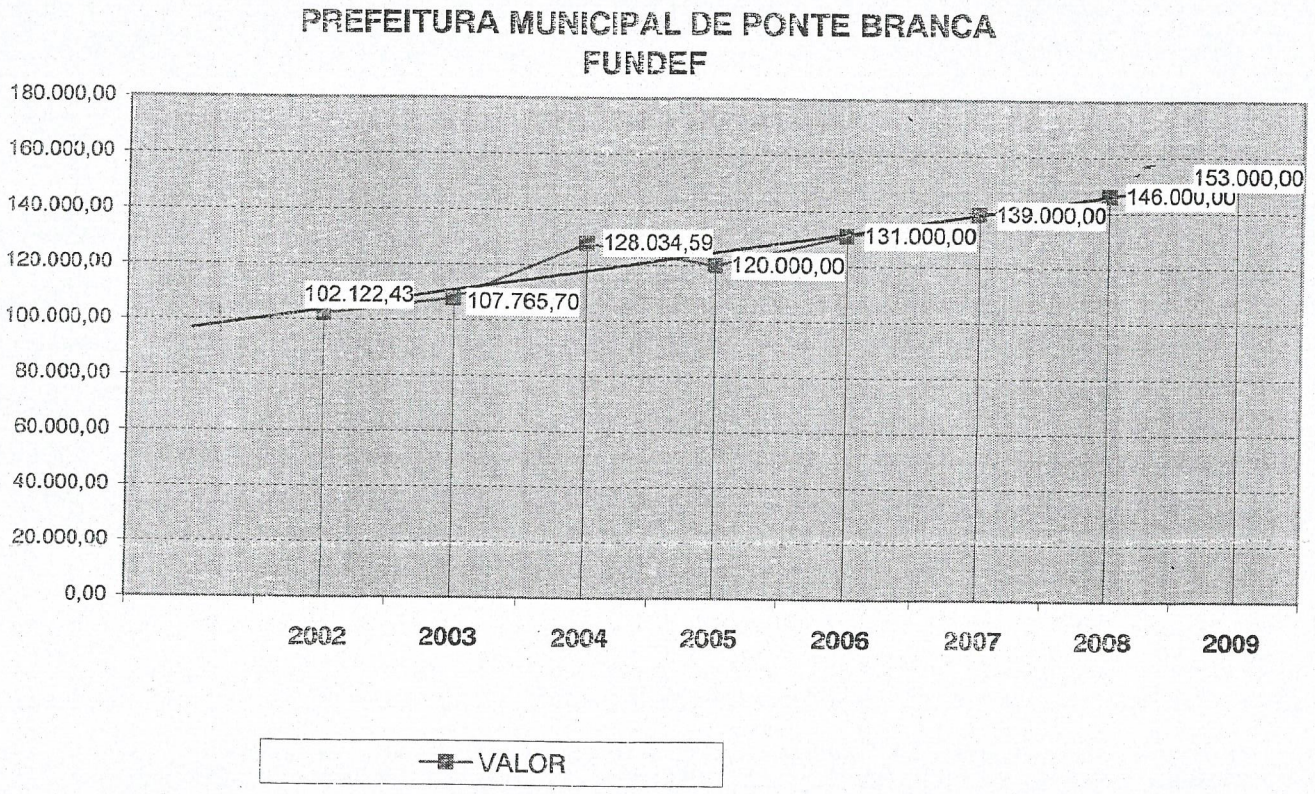
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Indicadores			Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
			Descrição	Recente	Desejado					
- Reserva de Contingência OK	P	99 e 999					- Un.	2005		100.000
TOTAL NO PROGRAMA										100.000

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300 Ponte Branca – MT Cep 78.610-000
Fone/Fax 66 466 1252 – 1201 E-mail: pmpontebranca@amm.gov.br

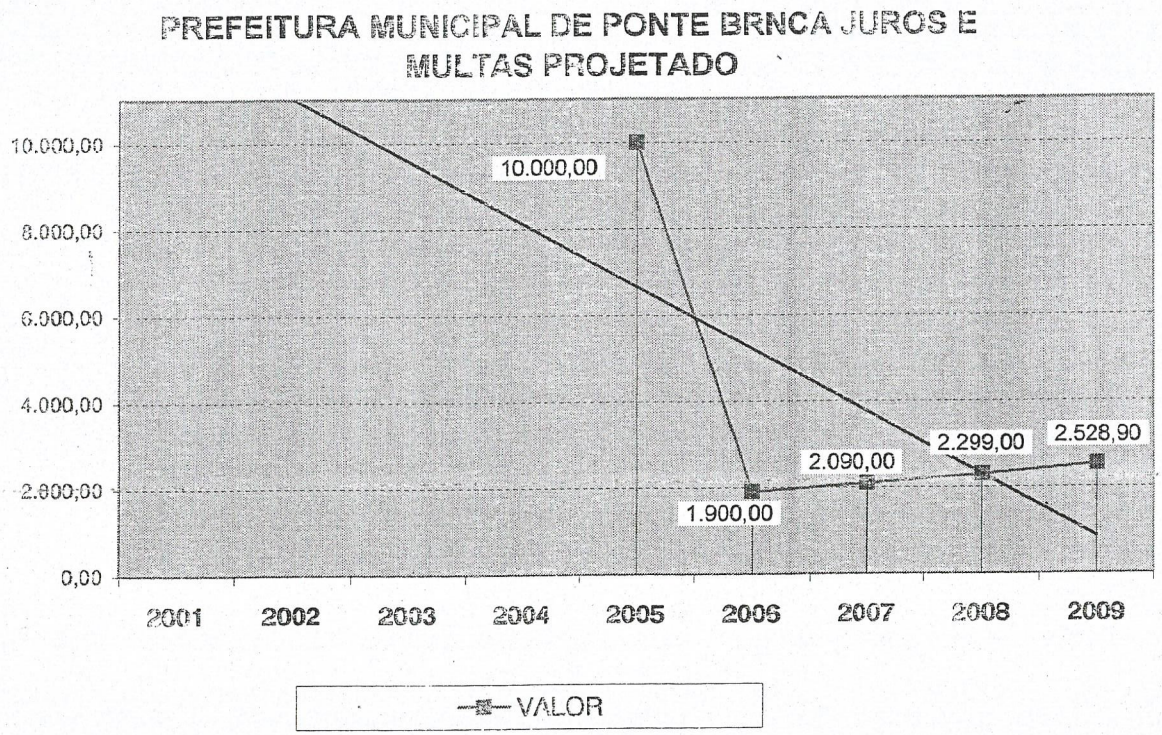
Ano	VALOR
2001	
2002	
2003	
2004	
2005	10.000,00
2006	
2007	
2008	
2009	



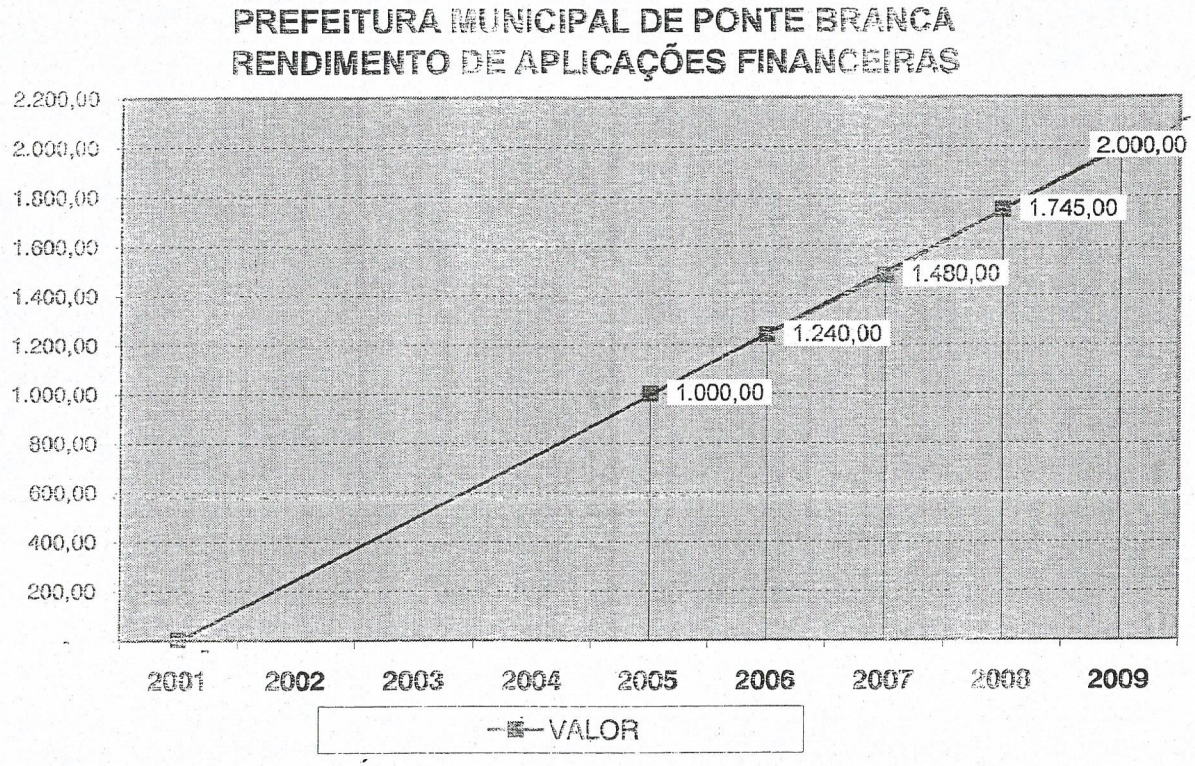
Ano	VALOR
2002	102.122,43
2003	107.765,70
2004	128.034,59
2005	120.000,00
2006	131.000,00
2007	139.000,00
2008	146.000,00
2009	153.000,00



Ano	VALOR
2001	
2002	
2003	
2004	
2005	10.000,00
2006	1.900,00
2007	2.090,00
2008	2.299,00
2009	2.528,90



Ano	VALOR
2001	
2002	
2003	
2004	
2005	1.000,00
2006	1.240,00
2007	1.480,00
2008	1.745,00
2009	2.000,00



Ano	VALOR
2001	
2002	29.239,40
2003	32.400,36
2004	22.490,87
2005	97.000,00
2006	91.500,00
2007	110.000,00
2008	128.500,00
2009	148.500,00

